

Governo prepara leis que limitam o endividamento

BRASÍLIA — O Governo da Nova República vai encaminhar à apreciação do Congresso cional legislação específica que discipline a contratação de empréstimos públicos externos, com o objetivo de "impedir que os sucessivos governos se endividem e deixem bombas de efeito retardado para as futuras administrações".

A informação foi prestada ontem pelo Ministro do Planejamento, João Sayad, durante pronunciamento no congresso dos distribuidores de veículos, no Centro de Convenções de Brasília. Sayad disse que a preocupação básica da Nova República é com "as políticas inconsistentes de endividamento" que são adotadas por alguns governos, em prejuízo do futuro do País.

O Ministro do Planejamento ressaltou que o atual Governo deverá também propor alterações em outras legislações que disciplinam os gastos públicos; particularmente as relacionadas com a elaboração e execução dos orçamentos. Segundo ele, embora a legislação estipule que o orçamento da União deve ser equilibrado, pois a União está enfrentando um enorme déficit. A maioria dessas despesas hoje não está sujeita à discussão e deliberação do Congresso Nacional, lembrou.

Sayad acrescentou que no âmbito dessas alterações o Governo pretende, introduzir mecanismos que corrijam as distorções provocadas pela elaboração do orçamento da União em moeda corrente, pois, com uma alta taxa de inflação, como a que existe atualmente no País, as verbas que são destinadas aos Ministérios são depreciadas e acabam por não atender às necessidades inicialmente previstas.

O Ministro do Planejamento destacou ainda que o Governo está preocupado em executar a curto prazo um programa de estabilização econômica, que reduza o déficit público, a inflação e a taxa de juros. Com esse "esforço-demonstração", a equipe econômica espera *mostrar aos banqueiros internacionais que o Brasil continua sendo um "um bom negócio" e, com isso, possibilitar que o País volte a recorrer ao mercado financeiro externo.

Ele acredita que os banqueiros poderão ser convencidos a transformar parte dos juros que atualmente recebem pela dívida externa brasileira em investimentos no próprio País.